



A Auto-imagem do MST na “Revista sem Terra”: a Guerra Simbólica através da Mídia¹

Márcia Vidal NUNES²

Antônio Simões MENEZES³

André Gurjão CARVALHO⁴

Universidade Federal do Ceará, Ceará, CE.

RESUMO

O objetivo geral deste trabalho é aprofundar a análise das relações entre os movimentos sociais e a mídia, identificando como a mídia produzida pelo MST produz a auto-imagem de seus sujeitos, lutas e cenários sociais. Esta análise será feita a partir de um veículo específico produzido pelo MST, a “Revista sem Terra”, cuja análise foi realizada no período de 2006 a 2007, focalizando, sobretudo, os editoriais e as matérias principais em cada uma das edições.

PALAVRAS-CHAVE: Movimentos sociais; MST; mídia.

O objetivo geral deste trabalho é aprofundar a análise das relações entre os movimentos sociais e a mídia, identificando como a mídia produzida pelo MST constrói a auto-imagem de seus sujeitos, lutas e cenários sociais. Neste artigo, esta análise será feita a partir de um veículo específico produzido pelo MST, a “Revista sem Terra”⁵, cuja análise foi realizada no período de 2006 a 2007, focalizando, sobretudo, os editoriais e as matérias principais em cada uma das edições.⁶

O Movimento Sem Terra (MST) foi criado em 1984, em Cascavel (PR), com representantes de dezesseis Estados. Para o MST, a distribuição de terras não é o único objetivo do movimento. A reforma agrária é apenas o primeiro passo numa estratégia

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação para Cidadania, IX Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará, e-mail: marciavn@hotmail.com.

³ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFC, e-mail: simoes@unifor.br

⁴ Pesquisador do Grupo de Estudos Mídia, Cultura e Política da UFC, e-mail: gurjao.jornalismo@gmail.com.

⁵ Este artigo é um relato parcial da pesquisa intitulada “Mídia Comunitária do MST: análise do processo de formação da auto-imagem do movimento”, financiada pelo CNPq, que está sendo desenvolvida por mim em conjunto com a professora Catarina Farias de Oliveira, do PPGCOM da UFC, e com o mestrando Robson da Silva Braga, integrante do mesmo Programa, e que pretende analisar toda a mídia produzida pelo próprio MST.

⁶ Números 34 a 42.



muito mais ampla, que engloba políticas que permitam uma vida digna e de qualidade no campo. Além da reforma agrária, a luta do MST inclui a luta pela democratização da comunicação.

Movimentos sociais, MST e mídia: a guerra simbólica

A conceituação dos movimentos sociais só pode se realizar, caso se leve em conta o contexto político, histórico, econômico e social em que eles se desenrolam, sob pena de tentarmos adequar explicações teóricas a realidades múltiplas e complexas. Assim, a natureza dos movimentos sociais nos Estados Unidos, na Europa e na América Latina, ao longo dos tempos, é diferenciada, porque fatores específicos marcaram o surgimento dos movimentos sociais nestes lugares.

A análise de GOHN sobre os movimentos sociais ocorre no campo da política. Os movimentos sociais são expressões de poder da sociedade civil, e sua existência, independente do tipo de suas demandas, sempre se desenvolve num contexto de correlação social. Eles são, portanto, fundamentalmente, processos político-sociais (1997, p. 251-252):

Movimentos sociais são ações sóciopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não-institucionalizados. Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas pública (estatal e não-estatal) e privada; participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política. Estas contribuições são observadas quando se realizam análises de períodos de média ou longa duração histórica, nos quais se observam os ciclos de protestos delineados. Os movimentos participam portanto da mudança social histórica de um país e o caráter das transformações geradas poderá ser tanto progressista como conservador ou reacionário, dependendo das forças sociopolíticas a que estão articulados, em suas densas redes; e dos projetos políticos que constroem com suas ações. Eles têm como base de suporte entidades e organizações da sociedade civil e políticas, com agendas de atuação construídas ao redor de demandas socioeconômicas ou



político-culturais que abrangem as problemáticas conflituosas da sociedade onde atuam.

O MST é, atualmente, o maior movimento social popular organizado do Brasil e, possivelmente, o maior da América Latina. Ele é um movimento agenciador de redes de sociabilidade e de participação social no campo (GOHN, 2000, p.105).

A base de sua atuação é no meio rural, junto a trabalhadores rurais de origens diversas. Muitos já foram pequenos proprietários, outros eram assalariados segundo várias modalidades de relação de trabalho (usualmente, via relações diretas, sem contrato social) e outros, ainda, são de origem urbana, viviam nas periferias das cidades de diferentes regiões do Brasil.

Uma das lutas centrais do MST é pela democratização da Comunicação. A mídia tradicional tem-se constituído num dos principais obstáculos à luta do MST, num processo permanente de deslegitimação do movimento e, mais recentemente, de contribuição à criminalização do movimento.

Os meios de comunicação se transformaram no espaço privilegiado de mediações públicas, articulando o público com o privado, e a especificidade de seu poder se acha precisamente na sua capacidade de construir dispositivos de regulação:

O campo midiático (e sua crescente concentração corporativa e transnacional) foi transformado em um campo de poder simbólico subordinado a uma dimensão “política” e “econômica”, em um campo capaz de definir para todos os públicos o que devia ser considerado importante, a “verdade e a objetividade”, a visibilidade e a noticiabilidade dos fatos sociais (FERREIRA & VIZER, p.27).

Na relação com os meios de comunicação, alguns autores estabelecem três categorias: os meios de informação (os tradicionais), os de organização (ações), e os meios que DOWNING (2002) chama “radicais”:

No primeiro tipo, os meios funcionam como mediador instrumental entre a realidade e o público. O meio apresenta a si mesmo (se “auto-referencia”) como um “não poder”, um serviço que controla um poder paradoxal que se nega, naturalizando-se e identificando-se com a realidade, com as situações e os fatos que referencia.



Os meios de organização respondem a outra lógica: o meio constrói simbolicamente o sujeito social que representa (por meio do discurso e das imagens). A inter-referenciação com o público geralmente apela para o “despertar do interesse e da consciência”.

Por último, o meio radical autoreferencia-se como sujeito crítico defensor do cidadão, defensor dos valores “universais” da época dos bens e valores coletivos (VIZER & FERREIRA, 2007).

Os movimentos sociais (MS) buscam construir e manter meios próprios que divulguem suas idéias e suas políticas. Desconfiam dos primeiros (os meios de comunicação de massa) e compartilham muitas posturas com os meios radicais (VIZER & FERREIRA, 2007, p.33-34):

A organização procura expandir suas idéias e objetivos, conseguir legitimidade e reconhecimento público. O meio tradicional procura mantê-los. O meio radical não procura nem um nem outro: não tenta convencer, mas fazer pública sua “denúncia”, intervir no espaço público com sua verdade.

Poderíamos, então, caracterizar a mídia produzida pelo MST como mídia de organização mas que apresenta características da mídia radical, cujo alcance é restrito, e que se contrapõe, permanentemente, à mídia tradicional, representada pelos meios de comunicação de massa de largo alcance social. Trava-se uma guerra simbólica ininterrupta, em que os militantes do MST tentam consolidar sua imagem – principalmente através dos veículos por eles produzidos, ao que encontram a oposição contínua da mídia tradicional, que tenta deslegitimar o movimento, corroborando com seu processo de destruição através da campanha pela criminalização.

Esta guerra simbólica é tão importante quanto a guerra concreta por terra e condições dignas de vida no campo. Uma guerra está associada à outra e, para continuar avançando na concretização de suas metas, o MST sabe que a democratização da mídia é uma batalha decisiva a ser travada, para a conquista de mais apoio dos diversos segmentos que compõem a sociedade.

Para obter vitória na luta pela terra, angariar um número maior de simpatizantes à causa e conquistar o apoio de amplos segmentos da sociedade civil, é necessário vencer, primeiramente, a guerra simbólica, esta travada com a mídia tradicional que, em sua grande maioria, reflete o discurso daqueles que não querem a reforma agrária, nem as alterações das condições de vida no campo, condizentes com os processos de

exploração do capital.

A produção midiática realizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, através do seu setor de Comunicação, visa garantir o acesso da população do campo, nas áreas de assentamentos, em sintonia com os interesses do movimento e, também, publicizar para a sociedade em geral o teor das lutas e dos objetivos do movimento, bem como discutir criticamente a realidade em seus diversos âmbitos.

A “Revista sem Terra” é uma publicação bimestral do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. A publicação é dirigida aos amigos e simpatizantes do MST. A tiragem é de dez mil exemplares e também é possível fazer assinatura da revista que circula desde 1998 (VARGAS, 2006, p.60).

Imagem e auto-imagem: versões diferentes sobre o MST

As imagens não são “sinais” ou meros “análogos”. Elas correspondem a compostos simbólicos que fixam noções abstratas em matérias significantes perceptíveis e comunicáveis, pois que se inscrevem em códigos convencionais partilhados por determinadas comunidades (CARVALHO, 1999, p. 51).

As imagens figurativas, espécies de análogos perfeitos captados por câmaras de fotografia, cinema e TV, longe de apenas “presentificar” a realidade são poderosos instrumentos de simbolização que extraem sua força exatamente do “efeito-prova” ou “efeito síntese” das significações construídas (CARVALHO, 1999, p. 51).

É nesse sentido que a política midiática apropria-se (ou é a apropriada?) das técnicas da publicidade: move-se pela pretensão de uma gerência “cientificizada” da produção de imagens políticas eficazes (característica primeira do marketing político) (CARVALHO, 1999, p. 53).

As considerações de CARVALHO (1999) sobre as imagens políticas que se reportam ao campo da política midiática nos dão a noção precisa de como a mídia tradicional trabalha a produção de imagens políticas não só dos profissionais da política, bem como dos movimentos sociais e de outras manifestações existentes no âmbito da sociedade civil. Esta lógica reinante no campo da política dissemina-se para o conjunto da vida social. A mídia tradicional opera construindo e destruindo imagens de personagens públicos e de movimentos sociais o tempo todo.

Para GOMES (2004, p. 239-240), no mundo político vem se impondo a convicção de que grande parte da disputa política – da batalha eleitoral ao jogo político



normal, incluindo a conquista da hegemonia por partidos ou atores da esfera política ou, pelo menos, a imposição das pretensões de partidos e atores na esfera pública deliberativa – se resolve na forma de uma competição pela construção, controle e determinação da imagem dos indivíduos, grupos e instituições participantes do jogo político.

Nessa arena se resolvem, em grande parte, as preferências eleitorais, organiza-se e/ou mobiliza a sociedade civil ou a comunidade internacional, numa ou noutra direção, tranquiliza-se ou se excita a opinião pública ou o mercado financeiro, estabelecem-se ou suprimem-se as condições de governabilidade de um partido, grupo ou ator, conquista-se ou perde-se credibilidade.

Formar uma imagem é, portanto, *reconhecer* um conjunto de propriedades como características de determinadas instituições e atores políticos – um “reconhecimento” que, a bem da verdade, é uma atribuição (GOMES, 2004, p.255).

A mídia tradicional formata uma imagem do MST que é extremamente negativa, fortalecendo a ideia de que o movimento não é legítimo, que atua de forma ilegal, fomentando uma visão unilateral que chega a chamar atenção pelo seu caráter parcial. Ao mesmo tempo, os militantes do MST prosseguem na sua luta, colocando-se na defensiva diante dos ataques incessantes executados pela mídia tradicional.

Mas qual é a imagem que os militantes do MST têm deles mesmos e que pode ser reconhecida através de sua própria mídia? Essa imagem pública do MST é a mesma que o próprio movimento tem de si mesmo?

A pesquisa no campo da comunicação popular tem revelado que essas práticas se voltam para a construção da auto-imagem dos cenários e dos sujeitos das classes populares (OLIVEIRA & FERREIRA, 2007).

Não se trata de idealizar a comunicação popular, nem desconhecer suas ambigüidades, mas vale ressaltar que as práticas de comunicação popular abordam frequentemente a memória, as festividades, as mobilizações e o destaque dos sujeitos sociais desses cenários com enfoques positivos, contrapondo-se, de certa forma, à lógica da mídia comercial e apresentando uma outra imagem das comunidades populares e dos sujeitos que habitam e se mobilizam nesses contextos.

Essa discussão da auto-imagem é trabalhada em pesquisa sobre os movimentos



sociais na rede (OLIVEIRA & FERREIRA, 2007): “O sentido de auto-imagem está associado à busca que os movimentos sociais populares têm em difundir uma imagem positiva de suas lutas e dos sujeitos que habitam nas comunidades que atuam”.

A visão de ELIAS e SCOTSON (2000), ao realizarem um estudo sobre uma comunidade fictícia do interior da Inglaterra, focado em dois grupos de trabalhadores com perfis socioeconômicos idênticos, destaca um grupo que se apresenta como estabelecido e superior e outro, inferiorizado e discriminado, os outsiders. Os estabelecidos se consideram os legítimos representantes das tradições em oposição aos outsiders que chegaram depois.

Para OLIVEIRA⁷ (2008, p. 3-4), neste caso, a representação econômica não é a definidora do conflito:

A oposição se constrói a partir da posse da tradição. Embora na representação dessa reflexão sobre auto-imagem, as questões econômicas permeiem a imagem construída dos atores sociais identificados como excluídos socialmente, a idéia é perceber o que leva um determinado segmento a focar a construção de sua auto-imagem nos meios de comunicação que produzem no contexto da comunicação popular. É interessante também procurar identificar como cada movimento constrói o foco de sua imagem positiva.

Revista sem Terra: construindo uma auto-imagem positiva

Três temáticas são recorrentes nos textos analisados na “Revista sem Terra”, nos números 34 a 42, publicados nos anos de 2006 e 2007. Por meio dos editoriais, reportagens, entrevistas e ensaios, a revista faz uma **análise conjuntural (política e econômica) do Brasil**, pois acredita que a reforma agrária só será conquistada com uma mudança no modelo de desenvolvimento econômico do país, além de ser claro o objetivo do movimento de lutar “(...) não só pela Reforma Agrária, mas pela construção de um projeto popular para o Brasil, baseado na justiça social e na dignidade humana”⁸; **critica a mídia tradicional**, ao partir para o confronto direto com a imprensa tradicional e acusá-la de distorcer os fatos, omitir informações, entre outras denúncias; **debate a questão agrária**, evidenciando os equívocos do governo, ao apoiar o

⁷ Projeto de pesquisa intitulado “Mídia Comunitária do MST: análise do processo de formação da auto-imagem do movimento”, financiado pelo CNPq, que está sendo desenvolvido por mim em conjunto com a professora Catarina Farias de Oliveira, do PPGCOM da UFC, e com o mestrando Robson da Silva Braga, integrante do mesmo Programa, que pretende analisar toda a mídia produzida pelo próprio MST.

⁸ Site do MST acessado em 15 de maio de 2009.



agronegócio e na tentativa de explicar a importância da reforma agrária para o desenvolvimento do Brasil.

O exemplar n. 34⁹, de 2006, da “Revista sem Terra”, realiza uma retomada das principais atividades ligadas ao Movimento dos Sem Terra (MST) e ao panorama de crise ideológica e de projetos apontados pelo grupo. Do lado do MST, através da Coordenação dos Movimentos Sociais, do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e da Assembléia Popular Nacional, respectivamente, o diagnóstico do editorial, intitulado “A construção da nova realidade”, é marcado pela consolidação do movimento no Brasil para “além das pautas específicas de reivindicação”, pelo amadurecimento das discussões e articulações dos movimentos em torno da Carta da Terra; e pelo sucesso da 4ª Semana Social Brasileira, realizada pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que “uniu milhares de brasileiros e brasileiras na luta por propostas concretas de mudanças para o país”.

O editorial¹⁰ analisa a conjuntura condizente com a proposta do MST de lutar pela construção de um projeto popular para o Brasil, baseado na justiça social e na dignidade humana e aproveita para explicar o que o movimento fez, para viabilizar essa proposta popular, ou seja, um balanço das ações de 2005. “O MST não acredita em milagre. Sabe que é tempo de muita luta, sem deixar de lado a esperança. A mudança não virá de gabinetes e palácios, mas do povo organizado e mobilizado. O Movimento tem a certeza que o novo projeto para o país será fruto da participação popular na democratização da terra, das riquezas e dos meios de comunicação. O MST acredita na construção dessa nova realidade”.

Por fim, o movimento considera que a única saída para o panorama nacional está na organização dos movimentos sociais e não nos poderes públicos. A esperança de soluções que viessem dos poderes públicos seria considerada “um milagre”, pois a democratização da terra, das riquezas e dos meios de comunicação só poderá ser possível com a luta permanente do movimento. É essa auto-imagem forte, de resistência e luta, que o MST ratifica de si mesmo no texto deste editorial.

A entrevista de Igor Felipe Santos com o economista Marcio Pochmann, pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Universidade de Campinas (Unicamp), é a matéria principal desse n.34, publicado em

⁹ Correspondente aos meses de janeiro e fevereiro.

¹⁰ O editorial é assinado pela Secretaria Nacional do MST.



2006 e denominada “País é prisioneiro da elite nacional”. O gancho da entrevista é uma pesquisa amplamente divulgada pela grande imprensa, que apresentava a redução sistemática do índice de desigualdade no Brasil desde 1993.

Mais uma vez, fica evidente o confronto simbólico que é travado por meio das páginas da revista. A publicação critica novamente a chamada imprensa tradicional. Contudo, usa o discurso da fonte, para fazer essa crítica. A publicação diz que “segundo o estudioso, ‘a pesquisa foi explorada de forma ideológica pela imprensa e pelo governo’”. Esse é um trecho da resposta do professor à seguinte pergunta da entrevista pingue-pongue: “A grande imprensa e o governo deram bastante destaque aos números, mas não foi a renda dos pobres que melhorou significativamente, mas houve uma proletarização da classe média?”

Agora, ao contrário do que ocorria nos editoriais, a revista não questiona o discurso da grande imprensa de forma direta. A publicação usa o discurso da fonte. Essa estratégia, talvez, seja utilizada pelo fato da entrevista ser um gênero do jornalismo informativo, espaço em que a opinião explícita do veículo é vetada. É óbvio que essa atitude também oferece mais credibilidade ao discurso da publicação, pois este é baseado na opinião de um especialista em Economia. Assim, obtém-se um efeito de sentido de objetividade para o discurso da revista.

A política econômica do governo é colocada em xeque, pois não consegue desenvolver o país. Ao contrário do que ocorre na grande imprensa, a publicação oferece caminhos para superar os problemas apontados. “O processo de desaburguesamento da classe média e de desproletarização da classe operária cria a oportunidade de união política dos dois grupos em torno de mudanças”.

O editorial do exemplar de n. 35¹¹, “O sistema vive da violência”, traz uma reflexão sobre a chamada escalada da violência brasileira, ligada a organizações criminosas, e sobre a cobertura da mídia tradicional sobre as atividades do Primeiro Comando da Capital (PCC). A discussão é oportuna à medida em discute pautas já abordadas pela mídia tradicional e que não deixaram de ser comentadas em quase nenhum grande meio de comunicação, embora o editorial da “Revista sem Terra”, assinado pelo Conselho Editorial, efetue uma análise diferente.

Citando dados sobre a ação da Polícia Militar no mesmo período, e concluindo que o número de 117 mortos corresponde ao de pessoas “vítimas, pobres, pretos e

¹¹ Correspondente aos meses de setembro e outubro de 2006.



pardos”, o Conselho Editorial atribui a repressão seguida pelas ações do PCC como “uma violência estrutural e crescente”, da qual também seríamos vítimas. A mesma “se naturalizou em nosso cotidiano” e devido a isso “não nos choca” o número de 794 mil assassinatos nos últimos 25 anos.

Mais uma vez, mostra a mídia tradicional defendendo idéias repressivas. “(...)leis mais rígidas, construções de presídios, forças policiais mais bem armadas! Esquecem, estes, que nos últimos anos, o estado de São Paulo construiu 83 novos presídios e a população carcerária passou de 40 mil para 125 mil presos (...)”.

O editorial intitulado “Também queremos o terceiro turno”, da edição N° 36¹², último exemplar do ano de 2006, retoma os debates promovidos por meios de comunicação durante o segundo turno da campanha eleitoral de 2006. O embate entre os dois principais presidenciáveis, Luís Inácio Lula da Silva e Geraldo Pereira Alckmin, gira em torno de uma discussão, assinada pela direção nacional do MST, onde o ponto-chave é o apoio financeiro dos banqueiros à campanha de Lula *versus* o voto declarado, segundo o MST, daqueles para o candidato Alckmin. Nesta mesma eleição, o MST declarou expressamente apoio à reeleição de Lula “contra as forças do atraso”, embora sempre tenha historicamente se posicionado contra o financiamento de bancos ou o pagamento da dívida externa.

A direção nacional do MST declara que o crescimento econômico e a distribuição de renda no campo depende necessariamente da “realização de uma rápida, radical e ampla reforma agrária, que democratize o acesso e o uso das terras agrícolas em nosso país”, defende o controle social, sem especificar os termos, da mídia e afirma que “governar é fazer luta de classes sim”. Portanto, segundo o editorial, o governo deve incentivar a mídia alternativa, afastar os “lambe-botas” e “derrotar (com o apoio dos movimentos sociais) a burguesia mais uma vez”.

“América Latina, é preciso avançar” – o editorial da edição N° 37¹³, da “Revista sem Terra”, pode ser classificado como um artigo de pano de fundo onde o assunto principal só aparece no penúltimo parágrafo, a morte do ex-presidente chileno Augusto Pinochet como sinal místico, para que a mobilização popular promova “a democratização da política, da informação e cultura, da riqueza, das propriedades e garantir condições dignas de vida para toda a população do nosso continente”.

¹² Correspondente aos meses de novembro e dezembro de 2006.

¹³ Correspondente aos meses de janeiro e fevereiro de 2007.



Dentro da divisão do texto, são retomados os últimos 25 anos de história da América Latina, destacando como fatos principais da história dos países: a predominância das idéias neoliberais, no início da década de 80; a privatização das estatais e a depredação ambiental (paralelamente); o aumento do número de pessoas abaixo da linha da pobreza (de 120 milhões, em 1980; para 214 milhões, em 2001); e a formação de redes continentais ligadas aos movimentos sociais, “promovendo a articulação e integração dos mais diversos segmentos sociais da América Latina”.

O artigo conclui defendendo que as últimas vitórias eleitorais de candidatos historicamente ligados à esquerda latina são resultado do trabalho dos movimentos sociais. Para continuar mantendo a chama acesa desta mudança, que teria sido provocada por determinados segmentos sociais, a necessidade principal é a de aumentar (cada vez mais) o nível de organização, mobilização popular e integração dos povos latino-americanos.

O MST se auto-projeta através de sua capacidade de mobilização e de sua organização interna, conclamando a todos os povos da América Latina a trilharem o mesmo caminho rumo à resolução de seus problemas.

A entrevista da edição de n. 35, de 2007, intitulada “Fora das lutas de massa não há o que fazer, a não ser esperar a cooptação”, foi realizada com o professor Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida (PUC-SP). De uma forma geral, discute um panorama político nacional após a reeleição do presidente Lula e o papel que deve ser realizado pelos movimentos sociais frente a presença de Lula no alto escalão do Executivo.

O impasse que bloqueia as lutas sociais está aí. De acordo com o que avalia o pesquisador, a filantropia nas lutas de classe “por meio de políticas compensatórias, assistencialistas constitui o proletariado em pobre. O problema nosso não é criar carente. É transformar a pessoa dita carente em lutadora”.

Também são apontadas uma crescente fragmentação no meio dos movimentos sociais, com a crescente valorização da dimensão étnica e de gênero, dificuldade dos sindicatos tradicionais em levar adiante as lutas da categoria e falta de um movimento que abrigue os desempregados.

Enquanto crescem, os movimentos sociais devem “arrancar políticas sociais, estatais, favoráveis aos trabalhadores (...) sem se deixar organizar pelo Estado, inclusive no que se refere ao padrão ideológico”, realizando alianças mais amplas possíveis e garantindo a independência de cada movimento.



O destaque a esse discurso reflete a própria postura do MST que trava suas lutas, procurando se articular com questões mais gerais e que tem como uma de suas bandeiras a união de vários movimentos sociais, para a obtenção de condições dignas de vida.

O editorial “Combatividade das mulheres contra o imperialismo”, da Revista Sem Terra n.38¹⁴, reúne dois acontecimentos do 8 de março, dia internacional da mulher, em diferentes perspectivas, proporções e opiniões num único texto e a visita do então presidente norte-americano George W. Bush a países latino americanos, como o Brasil, Uruguai, Colômbia, Guatemala e México e “a memorável luta promovida, principalmente, pelas companheiras da Via Campesina”. De um lado, Bush, individualmente, é avaliado como mentiroso, hipócrita e isolado politicamente; do outro, as mulheres, coletivamente, da Via Campesina, ligada ao Movimento dos Sem Terra (MST), são vistas como batalhadoras, justas e misericordiosa com a situação do Brasil.

Aqui, a imagem que os militantes do MST têm das mulheres que atuam no movimento Via Campesina, onde as mulheres do MST estão incluídas, é extremamente positiva, o que ajuda a reforçar a combatividade do movimento junto à sociedade.

“Reforma agrária, acadêmicos e corujas”, editorial da edição 39¹⁵ da “Revista sem Terra”, cumpre a função de avaliar a repercussão da “Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária”, contra a impunidade dos crimes cometidos pelo latifúndio, que acontece anualmente, no dia 17 de Abril. O editorial considera como legal as marchas, atos políticos em órgãos públicos, ocupações de latifúndios, fechamento de rodovias e liberações de pedágios baseado na “lei de 2002 [que] determina o 17 de abril como o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária. Assim, lutar pela Reforma Agrária é lei”. (*sic*)

Assim, mais uma vez os camponeses são vistos como mártires e guerreiros, enquanto aqueles que se opõem ao Movimento dos Sem Terra, sejam imprensa (burguesa), políticos (“pobres de retórica e conteúdo”) ou acadêmicos (“cheios de empáfia e prepotência”), são unidos pelo título de “inimigos da Reforma Agrária”. Ou seja, embora as movimentações do “visceral reacionarismo” fossem conhecidas, no ano de 2007 trouxeram como novidade os acadêmicos “autoconfinados em gabinetes com ar

¹⁴ Corresponde a março e abril de 2007.

¹⁵ Correspondente aos meses de maio e junho de 2007.



condicionado”. O ponto central deste editorial será um embate metafórico do conhecimento entre as universidades e o campo (corujas).

Mais uma vez, ataca a imprensa – sinal claro da luta simbólica travada com a mídia tradicional. “Multiplicaram-se os editoriais na imprensa, exigindo providências do governo para coibir e reprimir as mobilizações”.

O quadragésimo editorial¹⁶ da “Revista sem Terra”, “O 5º Congresso Nacional do MST”, traz como pontos principais a realização do 5º Congresso Nacional do MST e os posicionamentos, a partir da década de 90, do movimento. Enquanto o Congresso é qualificado como um sucesso, por reunir mais de 17.500 participantes, o movimento recebe congratulações por sinalizar estar num “novo estágio na luta pela Reforma Agrária e pelas transformações sociais e políticas em nosso país”.

Entre os principais êxitos lembrados pelo movimento estão: a consolidação do movimento no território nacional, a construção de uma identidade própria, a priorização na formação política, a garantia de acesso à educação em diversos níveis nos assentamentos, a autonomia política e partidária, a construção de unidades das organizações camponesas e a união a movimentos sociais que defendem “um projeto popular para o Brasil que assegure justiça social e soberania frente aos países imperialistas”.

A entrevista “O monocultivo do eucalipto gera um verdadeiro cataclismo”, de Beatriz Pasqualino e Nina Fideles com o ambientalista uruguaio Ricardo Carrere, publicada na Revista sem Terra nº 41¹⁷, traz como objetivo de fundo a informação e a denúncia da destruição ambiental realizada por grandes empresas de celulose.

Dentro deste panorama, o especialista conclui afirmando que se a “ofensiva” do capital internacional avançou nos últimos anos, os movimentos sociais também evoluíram, destruindo plantações de eucaliptos e viveiros. “Ainda somos fracos, mas em termos futebolísticos, há 10 anos estávamos perdendo o jogo por 5 a 0; hoje digo que chegamos a estar em 5 a 4 e que podemos empatar. Continuamos perdendo, sem dúvida, mas não como antes”.

“Pistolagem, a arma do agronegócio”, o editorial da edição n.42¹⁸ da “Revista sem Terra” relembra a terceira ocupação, no então último dia 21 de outubro, da Via Campesina no campo experimental da transnacional *Syngenta Seeds*. Além de citar o

¹⁶ Correspondente aos meses de julho e agosto de 2007.

¹⁷ Correspondente aos meses de setembro e outubro de 2007.

¹⁸ Correspondente aos meses de novembro e dezembro de 2007.



assassinato do sem terra Valmir Mota de Oliveira, o “Keno”, e a lesão corporal grave de outros cinco integrantes por 45 integrantes da NF Segurança, o texto considera que o envio de dinheiro ao exterior é similar à sangria realizada no período colonial e “a ação criminosa da Syngenta se iguala, em seus objetivos, às práticas de violência contra os trabalhadores cometidas pelos senhores escravocratas e oligarquias rurais dos tempos passados”.

“Mas essa violência contra os trabalhadores não é um fenômeno novo”, este é o ângulo de fechamento do editorial. A partir deste ponto, a “Revista sem Terra” reúne num escopo de 500 anos de História do Brasil pela “sangria para o exterior da riqueza produzida em nosso país” assegurada a “ferro-e-fogo e com a conivência do Estado brasileiro”. Relaciona, assim, a violência física ao modelo de desenvolvimento econômico e o envio de quase US\$ 38 bilhões de transnacionais à pobreza do Brasil. Defende a expulsão da Syngenta e assegura que uma real mudança só será atingida nos termos de modelo econômico defendido pelo movimento.

Mais uma vez, critica o agronegócio e a mídia. “Os meios de comunicação, entidades patronais e setores do Poder Judiciário e policial local, em conluio com o latifúndio, respaldam, instigam ou promovem a violência contra os trabalhadores rurais.”

CONCLUSÕES

Este trabalho é um relato parcial de uma pesquisa mais ampla, que está estudando a produção da auto-imagem do MST através da mídia executada pelo próprio movimento. Aqui, apresentamos as conclusões preliminares da análise da “Revista sem Terra”, dos números 34 a 42, publicados nos anos 2006 e 2007, com foco nos editoriais e matérias principais publicadas nestas edições.

Os temas recorrentes em todas as publicações estudadas, nos editoriais e nas matérias principais, foram a análise conjuntural (política e econômica) do Brasil, a crítica a mídia tradicional e o debate sobre a questão agrária. Ao destacarem estes temas, de certa forma, os militantes do MST, vão, ao mesmo tempo, formatando a própria imagem que fazem de si mesmos.

Eles só acreditam na força dos movimentos sociais organizados, para obter a concretização de seus objetivos. Esperam pouco ou nada dos poderes públicos. Isso revela uma auto-imagem extremamente positiva de seu próprio movimento e altamente



ambiciosa, porque junto à distribuição de terras e a melhoria das condições de vida no campo, o movimento luta pela democratização da comunicação e por uma vida mais digna para todos.

Esta auto-imagem que projeta uma auto-estima muito consistente ao movimento e a linguagem utilizada nos formatos analisados nos números estudados, impregnada pelas posturas ideológicas e pelo uso de expressões consagradas entre a esquerda política, não contribui, para aproximar o movimento do conjunto da sociedade. Só reforça a visão estigmatizante difundida pela mídia tradicional.

Sem deixar de lado a necessidade de reforçar os objetivos do movimento e sem prejuízo ao seu caráter consistente, evidenciado numa auto-imagem que projeta uma forte auto-estima, talvez fosse interessante pensar em formas alternativas de tornar as lutas do MST, que interessam a toda a sociedade brasileira, mais atraentes a todos. Para se contrapor à imagem negativa propagada pela mídia tradicional, o MST necessita mais do que só permanecer na defensiva, rebatendo as críticas com outras críticas. O ideal seria sensibilizar os diversos segmentos sociais para a conexão entre as diferentes lutas sociais, que se travam em trincheiras diferenciadas, nessa guerra simbólica contra a mídia tradicional, mas que têm em comum a busca por uma sociedade mais justa para todos.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, R. V. A. **Transição democrática brasileira e padrão midiático publicitário da Política**. Campinas: Pontes; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1999.

DOWNING, J. D. H. **Mídia radical**. Rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. Tradução Silvana Vieira. São Paulo:, Ed. Senac, 2002.

ELIAS, N. & SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FERREIRA, J. & VIZER, E. (orgs.). **Mídia e movimentos sociais – linguagens e coletivos em ação**. São Paulo: Paulus, 2007.

GOHN, M. G. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2008.

_____. **Mídia, terceiro setor e MST**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Teoria dos movimentos sociais – paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 2007.

GOMES, W. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São



Paulo: Paulus, 2004.

OLIVEIRA, C. T. F. O. & FERREIRA, Z. N. D . **Os movimentos sociais na rede, produção de notícias e valorização de sujeitos.** In: Revista PJ:Br, v.9. São Paulo: 2007.

SORJ, B. **Brasil@.com**, a luta contra a desigualdade na sociedade da informação. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

STÉDILE, João Pedro. **Questão agrária no Brasil.** São Paulo, Atual, 7ª Ed,1987.

VARGAS, Isabela Junqueira. **Ocupando manchetes – como o MST agenda a mídia** - estudo sobre as estratégias de agendamento do Movimento dos Sem Terra no abril vermelho. Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, mimeografado, 2006.